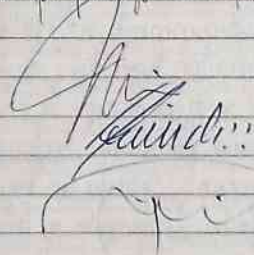


homenagem Executiva nº 025/93 O presentes os seguintes nomes: Reque-
 rimento nº 192/93, Requerimento nº 193/93, Requerimento nº 199/93 e mais
 o Senhor Presidente suspendeu a presente Sessão por tempo suficiente para
 que os Comissários examinarem Pareceres, Pontos, mais o Requerimento de Ur-
 gência nº 200/93 ao Projeto de Resolução nº 033/93. Nessa Executiva da Câmara
 Municipal de Cabo Frio, dispondo sobre Permissão de Alta Básica de Ati-
 mentação aos honorários do Poder Legislativo firmado os trabalhos o Sen-
 hor Presidente Senhor Carlos da Rocha Mendes, solicitou ao Senhor Secre-
 tário, Senhor Dylu Feres da Silva que presidisse a chamada reg-
 imental para a constatação de "quorum". Além disso responderam e enuncia-
 remental os seguintes Senhores: Alfredo Luiz do Rocha Barros, Antônio An-
 tonio de Carvalho Lindade, Antônio Carlos Feres da Cunha, Carlos Roberto do
 queira dos Santos, Eduardo Correia Neto, Ivan Luiz de Araújo, José Oscar
 Elias, Seraquim Schmidt, Luiz Antônio de Melo Lopes, Vagner Sampaio da
 Silva e Silas Rodrigues Santo. Havendo número regimental, o Senhor Presi-
 dente considerou viável a presente Sessão em nome de Deus. O qual, estab-
 eado em apreciação o Projeto de Resolução nº 033/93. Nessa Executiva da Câmara
 Municipal de Cabo Frio, foi aprovado com o requerimento de Urgência
 nº 200/93, para os demais Comissários, já que nenhuma Lei é favorável
 a aprovação de Permissão de Contribuição e Justiça. Determinado a ordem do dia,
 e não havendo oradores para o uso da Tribuna em Explicação Pessoal, o Senhor
 Presidente encerrou a presente Sessão em nome de Deus. E para constar, man-
 deu que se levasse a presente Ata, que depois de lida, submetida a apreciação
 Plenária, aprovada, mas assinada para que produza seus efeitos legais.


 Presidente

Ata da Sessão Ordinária número 199
 do segundo período legislativo da Câmara
 Municipal de Cabo Frio, realizada no dia 02

(dois) de Dezembro do ano de 1993
(mil novecentos e noventa e três)

As diversas horas do dia 02 (dois) de dezembro de ano de 1993 (mil novecentos e noventa e três) sob a Presidência do Vereador Marcos do Rocha Mendes, e com a ocupação da Primeira Secretaria pelo Vereador Diler Jureira da Silva, reuniu-se Abdi naturalmente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Abdi elixes responderam a chamado regimental os seguintes Vereadores: Luiz Silva da Rocha, Adailton Lino de Andrade, Aires Bessa de Figueiredo, Alcido Luiz da Rocha Branco, Antônio Carlos de Carvalho Soudade, Antônio Carlos Pereira da Cunha, Carlos Roberto Soares dos Santos, Eduardo Pereira Kila, José Oscar Silva, Luiz Antônio de Melo Cabos, Nilando da Silva Jureira, Omar Sampaio da Silva, e Sílcio Rodrigues Brito. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus. O requer, foi lido e aprovado. Ata do Sínodo Primeira Sessão Ordinária do Segundo Período Legislativa. Após o cumprimento do rito regimental, o Senhor Presidente soluciu ao Senhor Primeiro Secretário a leitura do Expediente que consta do seguinte: Projeto de Resolução nº 053/93 - Riso Exceção da Câmara, assunto: Licença concedida ao Vereador Marcos do Rocha Mendes, licença para ausentar-se do Território Nacional. Projeto de Resolução nº 054/93 - Riso Exceção da Câmara, assunto: Licença concedida ao Vereador Luiz Antônio de Melo Cabos, licença para ausentar-se do Território Nacional. Requerimento nº 024/93 de autoria do Vereador Eduardo Pereira Kila, assunto: Solicita que seja enviado Expediente ao Excmo Senhor Juiz de Direito da Comarca de Cabo Frio, comunicando que recebeu os esboços solicitados no Requerimento nº 184/93, de sua autoria.; Indicação nº 213/93 de autoria do Vereador Ivan Luiz de Araújo, assunto: Solicita ao Excmo Senhor Prefeito Municipal a desobrigação de burocracia na entrega das Guas Diamante e Granito, no Bairro Portinho.; Indicação nº 225/93 de autoria do Vereador Ivan Luiz de Araújo, assunto: Solicita ao Excmo Senhor Prefeito Municipal a liberação da Praça São João firmada a leitura do Expediente, e não havendo maiores incidentes para o segmento dedicado ao uso do Sínodo, o Senhor Presidente transferiu os trabalhos para o segmento dedicado a Ordem do Dia. Nesta etapa foram aprovadas os seguintes matérias: Aprovado Projeto de Resolução nº 053/93 - Riso Exceção da Câmara com Requerimento de Urgência nº 203/93 nos termos

sões de Constituição e Justiça e Relação Geral, aprovado o Projeto de Resolução
 nº 054/93. Nessa Sessão da Câmara com o Requerimento de Urgência nº 203/93
 nas Comissões de Constituição e Justiça e Relação Geral, aprovado o Resque-
 rimento nº 024/93 e os Indicadores nºs 213/93 e 225/93. Não havendo mais mate-
 rias para serem aprovadas neste segmento, o Senhor Presidente levantou a Tribuna
 para a Explicação Geral. Despu a Tribuna em Explicação Geral o Senador Ul-
 do Luiz do Rocha Barreto, do PT, falando inicialmente dos escândalos envolvendo
 Executivo, Legislativo e Judiciário, culminando com a descoberta de documentos na
 residência de um dos Diretores do Construtor Roberto Vdebrecht, desvendando expe-
 rta contendo como "secreto revelado", envolvendo empreiteiros das mais conhecidas
 no Brasil. Diz que se revelava com tais documentos, como os empreiteiros faziam
 a divisão do "bolo" dos cantos de obras, e através de propinas mudavam ere-
 ditos já aprovados e influenciavam funcionários de Estados e Ministérios
 aumentando recursos destinados a obras e outros empreendimentos. O requer di-
 ze que no Estado do Rio de Janeiro, figurava na lista da Vdebrecht, o Deputado Fran-
 cis o Dornelles do PPS, parlamentar que juntamente com outros se notabilizava
 pela distribuição de recursos, financiando campanhas de Vereadores, deputados,
 plantando os denominados votos comprados. Adiante diz que o PPS era em
 partido que tinha o cuidado de falar em ética, moralidade, atacando o PT. Diz
 que o PPS era um partido de aluguel, observando que o Senhor João Carlos Mar-
 tins já havia confessado ter contribuído através do Banco do Brasil, com dezessete milhões de dólares para a campanha do Senhor Paulo Maluf,
 estando outras empresas envolvidas em tais esquemas. Diz que a revelação de tais
 escândalos não era motivo de gosto, pois todos sabiam da existência de tais meca-
 nismos de corrupção no Brasil. Falando a seguir sobre o Projeto Ruyana, diz que
 o empreendimento fora montado durante o período em que facultades eram via-
 dadas e, no Município de Cabo Frio todos conheciam as "quelas" (sic), tema
 das pelo Projeto, pelas suas parafusadas que o Projeto havia transitado, quando
 houve no FEEMA, quando questionamentos muito graves haviam sido abandona-
 dos no referido Projeto, quando era muito fácil serem subornados os Ministérios
 e Blnhos. Indagou qual a credibilidade que poderia ser dada aos atos da FEEMA, e o
 pediu a atenção de todos para um Projeto elaborado às escuras no momento de trans-
 formar a Lei de zoneamento. O requer, diz que a Andrade Guterres que não deu
 "nó em fungo" (sic), que fez muito pior, estava envolvida com o Projeto Ruyana.

e assim, antes que a CPI desse o seu parecer final sobre o empreendimento, chamava a atenção para que o Governo tivesse o máximo de cuidado com a questão, aprofundando os estudos a respeito. Disse que a responsabilidade era muito grande, pois o poder do "Sociedade Secreta" era quase ilimitado, incluindo assim sua fala. A seguir, ocupou a tribuna em explicação pessoal o Vereador Omar Sampaio da Silva, falando que o Pámaro já estava às vésperas do recesso, o ar iniciado em quinze de dezembro, e que a sua Comissão de Finanças e Orçamento tinha que apurar projetos de real interesse coletivo, deslocando a autorização para o Poder Executivo celebrar consórcios e outras providências, e a reforma do Código Tributário Municipal, cujo texto tinha seus primórdios no ano de mil novecentos e setenta e sete. Prosseguindo, disse que a discussão de tais matérias tinha que ser estendida não apenas aos Vereadores, como também a determinados segmentos da sociedade, referindo-se a matéria do Código Tributário. Pontuou o Vereador Omar Sampaio que o tempo era curto e por certo não teria tempo de fazer a convocação dos membros da Comissão de Finanças e Orçamento, e, na medida em que já havia sido deliberado que a Comissão estaria reunida na próxima segunda-feira, às dez horas da manhã. Disse ser intenção da Comissão colocar em pauta e emitir parecer quanto ao Projeto de Lei autorizando a celebrar consórcios. Manifestou sua pretensão, com a concordância dos demais membros da Comissão de Finanças e Orçamento, iniciar a discussão do Código Tributário Municipal, e, na primeira reunião seguinte que esperava contar com a participação dos Senhores Vereadores, objetivando plena conscientização das inúmeras fauleas e complexidades que envolviam a matéria, no que encerrou sua fala. A seguir, ocupou a tribuna em explicação pessoal, o Vereador Carlos Roberto Marques dos Santos do PSB, falando de imediato da importância da convocação feita pelo Vereador Omar Sampaio a respeito da discussão do Código Tributário, e ainda, das modificações a serem introduzidas no Código et Cias. Disse que infelizmente, não poderia atender a convocação, pois no próximo segundo-feira estava cumprindo compromisso agenda de de hó muito. Falou a seguir dos escândalos que estavam vinculados ao funcionamento do Sáblio através das ações da CPI do Orçamento, fatos que já esta

11/12
Ezequiel
Lopes de